

## **Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais**

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN  
CNTSS – CONDSEF – CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA – FENAJUFE  
FENAPRF – FENASPS – PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDIFISCO-  
Nacional – SINDIRECEITA – SINPECPF – SINTBACEN – UNACON-Sindical

### **Manifesto do FONASEFE**

#### **ABAIXO À PEC 241/2016**

As entidades nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) manifestam sua frontal oposição a aprovação da PEC 241/16 e desde já mobilizaremos todos os esforços para que esta proposta de emenda constitucional seja rejeitada no Congresso Nacional. Aqueles parlamentares que votarem favoráveis à esta PEC serão considerados inimigos dos trabalhadores, pois são favoráveis à destruição dos direitos sociais da população brasileira.

A PEC 241/2016 visa instituir um novo regime fiscal, um novo teto para investimento no serviço público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. A regra de congelamento do gasto público, em termos reais, valerá por 20 anos, período durante o qual o recurso retirado das áreas sociais será canalizado para pagamento dos juros e amortização da dívida pública que somente beneficiará os banqueiros, latifundiários, empreiteiros e demais empresários.

Os serviços públicos serão profundamente atingidos e as consequências serão imensamente prejudiciais. O congelamento dos salários e a desvinculação da saúde e educação nas receitas obrigatórias é um golpe profundo no pouco que ainda resta do caráter público de demandas sociais tão necessitadas pela sociedade. Todo o conjunto da classe trabalhadora será atingida, vai diminuir o poder de compra, o acesso à cultura, ao lazer e também vai faltar espaço para quem ficar doente e para quem quiser estudar. Seremos um país mais pobre em todos os sentidos, mas vivendo cada vez mais para trabalhar e garantir a vida boa de pouquíssimas pessoas que se beneficiam com a destruição dos direitos sociais da população brasileira.

#### **Principais prejuízos que a aprovação da PEC 241/16 acarretará:**

- As despesas primárias, que são aquelas realizadas com as políticas públicas que garantem os direitos, terão seu planejamento orçamentário com base apenas na variação inflacionária, desconsiderando as necessidades da população brasileira e sem nenhuma previsão de aumento de recursos para melhorar a qualidade dos serviços públicos;
- A PEC 241/16 desconsidera que as receitas arrecadadas pelo Estado (impostos e demais tributos) existem para atender o interesse público e as necessidades sociais, e acaba por priorizar uma meta fiscal estabelecida para beneficiar os grandes empresários credores da dívida pública.

**Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais**  
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224  
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF

## **Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais**

**ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN  
CNTSS – CONDSEF – CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA – FENAJUFE  
FENAPRF – FENASPS – PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDIFISCO-  
Nacional – SINDIRECEITA – SINPECPF – SINTBACEN – UNACON-Sindical**

- Caso a PEC 241/16 fosse aprovada ainda em 2016, a previsão é de que R\$ 4 bilhões deixariam de ser aplicados em Saúde em 2017. Em 2018, seriam R\$ 8 bilhões a menos. Se a PEC 241/16 estivesse em vigor desde 2003, a Saúde teria sofrido uma perda acumulada de R\$ 318 bilhões.

- Se a PEC 241/16 tivesse sido aprovada em 2006, o orçamento da Educação, que foi de R\$ 103 bilhões, seria apenas de R\$ 31 bilhões.

- A PEC 241/16 proibirá a realização de concursos públicos e a contratação de novos servidores públicos para atender as demandas da população

- A PEC 241/16 colocará o fim do serviço público e prejudicará todos os usuários dos serviços

- Se houver crescimento econômico, não há possibilidade de revisão do congelamento dos gastos.

- A proposta vai colocar na Constituição Federal tudo que é denunciado como inconstitucional: os ataques à saúde, educação e aos nossos direitos sociais, apenas para possibilitar a destinação de mais recursos para a dívida pública.

Diante de todas essas ameaças, convocamos a população para se juntar à essa luta para impedir a aprovação dessa PEC.

**Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais**  
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224  
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF